

Congresso reage à aliança com governadores

BRASÍLIA — Até mesmo parlamentares de partidos que costumam garantir apoio ao governo criticaram o presidente Fernando Collor por buscar a ajuda dos governadores para promover mudanças na Constituição. O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), por exemplo, afirmou que se o presidente quiser fazer qualquer alteração na Carta terá de procurar uma alian-

ça com deputados e senadores. "Os governadores não apitam nada no plano federal", disse. "Eles sequer conseguem segurar suas próprias bancadas."

Collor pretende enviar emendas à Constituição promovendo um ajuste tributário, reformas na Previdência, alterações no tratamento dado ao capital estrangeiro e o fim da estabilidade dos funcionários públicos. Para isso,

o presidente espera contar com o apoio dos governadores que, a seu ver, poderiam influenciar as bancadas federais de seus Estados a aprovar as mudanças.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) chegou a fazer um cálculo para demonstrar que a aliança entre o governo federal e os governos estaduais não dará certo. Se os 27 governadores derem seu apoio in-

condicional a Collor e todos os deputados dos partidos aos quais eles pertencem seguirem tal orientação, o presidente contará com uma bancada de apenas 144 parlamentares. "É um número ridículo, pois para se mudar a Constituição são necessários pelo menos 302 deputados", raciocinou Jobim. "Há Estados em que o governador não tem sequer um deputado federal, co-

mo no Espírito Santo, onde o governador Albuíno Azeredo pertence ao PDT e todos os integrantes da bancada são de outros partidos."

O líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), disse que o partido vai analisar as propostas de emendas à Constituição que o presidente enviar. Só aquelas consideradas dentro dos princípios do partido, serão apoiadas. As outras, não.

Genebaldo citou como exemplo das que serão discutidas pelo PMDB a questão do capital externo e a reforma tributária. "Hoje, os tempos são outros e a realidade nos mostra que devemos mudar nesses campos", avaliou. "Mas não temos razões para discutir o fim da estabilidade do servidor público antes da revisão da Constituição, prevista para 1993."